

VISTO

BH, 19/02/20

Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

**FUNDAÇÃO RENOVA**  
(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)

CNPJ/MF n° 25.135.507/0001-83

**ATA DA 23ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO  
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2019**



1. **Data, horário e local:** No dia 30 de maio de 2019 às 08h, na Avenida Getúlio Vargas, n° 671, 1° andar, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.
2. **Convocação, presença e instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 48 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:
  - 2.1. Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta, participando de forma presencial;
  - 2.2. Sr. Carlos Alberto Sangália, participando de forma presencial;
  - 2.3. Sr. Cláudio Bruzzi Boechat, participando de forma presencial;
  - 2.4. Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro, participando de forma presencial;
  - 2.5. Sr. Igor Rodrigues de Assis, participando de forma presencial;
  - 2.6. Sra. Maria Auxiliadora, de Fátima Costa Souza, participando de forma presencial;
  - 2.7. Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac, participando de forma presencial;
  - 2.8. Sr. Wanderci dos Reis Gomes, participando de forma presencial.
- 2.9. Presentes os seguintes representantes da Fundação Renova: Guilherme Tângari, Gerente de Governança e Riscos; José Carlos Carvalho, Coordenador do Comitê Técnico; Tânia Alcântara Loss Vincens, Advogada externa da Fundação Renova; Bárbara Braga Paulino, Analista Estratégia; Mirna Castro Folco, Analista Programa Socioeconômico; Bruno Dias Vieira Marques, Especialista Relacionamento Institucional; Juliana Borges Ferreira Souto, Gerente Recursos Humanos; Luiz Antônio Ferraro Junior, Gerente Diálogo; Ana Cristina da Silva, Assistente Administrativo Pleno (MCA Auditoria); Simone de Melo Silva Pimentel, Líder Suprimentos; Marina Tiso e Sousa, Gerente Suprimentos; Felipe Moura de Andrade, Líder Educação, Turismo, Cultura e Lazer; Maria Cristina Andrade Aires, Especialista Programa Socioeconômico; Maria Fernanda Massimo Faria, Analista Programa Socioeconômico; Luísa Rennó (Raiz Forte); José Geraldo Rivelli, ex-conselheiro.

3. **Mesa:** Secretária: Sra. Tânia Alcântara Loss Vincens

4. **Ordem do dia:**

- (a) Abertura da reunião;
- (b) Sessão restrita aos Conselheiros;

*Q M*

*Ferreira*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

- (c) Intervalo para lanche;
- (d) Carta Repúdio Câmara;
- (e) Conversa com RH + diálogo;
- (f) Suprimentos;
- (g) Intervalo para Almoço;
- (h) Mobilização de Jovens;
- (i) Missão SEBRAE e Programa de Turismo;
- (j) Status das recomendações;
- (k) Relatório de Realizações;
- (l) Alinhamentos finais;
- (m) Encerramento e avaliação da reunião.



## 5. Discussões:

### 5.1 Sessão restrita aos Conselheiros

O coordenador do Conselho, Sr. Cláudio Bruzzi Boechat, iniciou a reunião.

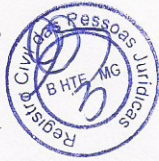
Os Conselheiros questionaram sobre o quórum da reunião do Conselho Consultivo, tendo em vista que atualmente, apenas 11 conselheiros estão empossados, enquanto existem 17 vagas, e isto impacta no quórum mínimo. A advogada Sra. Tânia Alcântara Loss Vincens informou que o quórum é calculado pelo número de Conselheiros empossados e não pelo número de vagas. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat pediu para a Srta. Mirna Castro Folco consultar ao Sr. Guilherme Tângari, e ele retornou que pode-se considerar o quórum mínimo de 6 conselheiros para realização de reuniões (50% do número de conselheiros empossados).

Com relação às atas, a de fevereiro foi aprovada por unanimidade. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu que a ata descritiva seja registrada em cartório, enquanto a ata simplificada seja apenas para uso interno. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza concordou com o posicionamento do Sr. Carlos Alberto Sangália, no entanto, reforçou que os Conselheiros devem estar atentos com o que está sendo registrado. Por esse motivo, sugeriu que se não quiserem que alguma fala seja registrada, devem solicitar à secretaria da mesa que não a registre. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta e o Sr. Wanderci dos Reis Gomes concordaram com o registro da ata literal. O Sr. Carlos Alberto Sangália e a Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta ressaltaram que as atas são utilizadas nas comunidades, como prova do trabalho realizado pelos Conselheiros. Os conselheiros decidiram por unanimidade que a ata descritiva deve ser registrada em cartório e que assumem o risco de suas falas estarem registradas. Sobre a ata simplificada, por ter sido uma demanda da própria Fundação Renova, os Conselheiros não se opõem, mas deixam clara a decisão unânime quanto ao registro da ata descritiva. O Sr. José Carlos Carvalho relatou que, em ambientes de colegiado, as pessoas têm a possibilidade de solicitar que alguma de suas falas não seja registrada em ata. Os Conselheiros ressaltaram que a Ata de abril que circulou pelo Conselho Consultivo foi a versão simplificada. Por este motivo, decidiram ler a ata descritiva antes de sua aprovação. Em

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

seguida, a Ata descritiva de abril circulou pelo Conselho Consultivo e foi assinada pelos conselheiros, sendo descartada a Ata simplificada. Solicitaram verificar, com a área de Governança, qual a composição atual efetiva do Conselho Consultivo.

Sobre a Carta de Repúdio da Câmara de Mariana, o Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro relatou que gostaria de entender o que está acontecendo, porque a Fundação Renova fala que está certa, que está fazendo tudo. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat questionou se todos os Conselheiros leram a referida carta. Os conselheiros responderam que sim. O Sr. Igor Rodrigues de Assis sugeriu que o tema seja trazido como forma de imersão à véspera da próxima reunião. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu que o tema seja contratação. No entanto, o Sr. Igor Rodrigues de Assis acredita que o tema "contratação" é muito extenso. O Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que, nos territórios, a contratação local não está funcionando. Questionou por que a contratação da Odebrecht está sendo priorizada e como o *Compliance* da Fundação Renova funciona. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro ponderou que, se a Odebrecht for contratada, haverá confusão em Mariana. O Sr. Carlos Alberto Sangália solicitou que o *Compliance* explique a situação. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza questionou como seria o relato da Fundação Renova sobre o tema e ressaltou que o Conselho deveria direcionar a demanda, com o desejado pelo grupo. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro ressaltou que não acredita nos dados apresentados pela Fundação Renova, pois acredita que são maquiados. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza questionou se o Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro estava defendendo a empresa de Mariana, na última reunião. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro respondeu que utilizou o exemplo da empresa de Mariana para acender a luz vermelha da contratação local. Acrescentou que a demanda do Conselho Consultivo sobre o assunto não foi atendida pela Fundação Renova. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat informou que o Conselho tem a liberalidade de convocar uma audiência pública para discutir o assunto com a comunidade. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza acredita que se deve partir para uma ação mais efetiva, com a apresentação das empresas locais. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro relatou que houve um programa de certificação de empresas locais em Mariana, em 2018. Relatou que, em uma outra oportunidade, questionou a Sra. Simone de Melo Silva Pimentel se a mesma empresa, do Espírito Santo, promoveria o programa no ano de 2019. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel respondeu que a referida empresa estava participando do processo de concorrência. No entanto, o Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro relatou que a empresa de Mariana, certificada em 2018, não teve conhecimento do processo de concorrência e por esse motivo questionou à Sra. Simone de Melo Silva Pimentel se o processo foi publicado no portal. No entanto, apesar de a Sra. Simone de Melo Silva Pimentel ter respondido que o edital provavelmente foi publicado no portal, ao verificar os processos no portal, havia apenas 4 processos em aberto. O Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que a contratação local está muito confusa nas comunidades, pois as empresas locais não têm conhecimento dos processos de concorrência em aberto. Acredita que a reunião, proposta pelo Sr. Cláudio Bruzzi Boechat, servirá para escutar os dois lados, tanto os empresários como a Fundação Renova. Acrescentou que a mensagem "fora Renova" vem crescendo muito nos territórios. Por isso acredita que é importante ver o motivo da crescente insatisfação; verificar onde está o problema, se é na divulgação ou na execução. O Sr. Igor Rodrigues de Assis ponderou que colocar todo mundo em uma sala gerará uma confusão. Recomendou que, após a imersão sobre o tema, seja feita a reunião com a comunidade. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que o processo não é para ouvir opiniões, mas sim fatos. Acredita que Mariana precisa conhecer o modelo de reconhecimento



el

Assagra

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

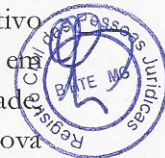
[Handwritten signature]

3

[Handwritten signature]

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça  
Câmara de Mariana, ES



de empresas. O Sr. José Carlos Carvalho ressaltou que a manifestação da Câmara de Mariana é apenas um sintoma. A questão central é o modelo de contratação. Devendo o Conselho Consultivo procurar identificar os problemas, para depois realizar os desdobramentos. Acredita que em primeiro momento o Conselho Consultivo deve realizar uma reunião de escuta com a comunidade, mas já com a previsão de levar as respostas em momento futuro. Acredita que a Fundação Renova opera em regime de Sociedade Anônima e não de Fundação. Ressaltou que a Fundação Renova é a parte visível de um sistema e que fica emparedada entre CIF e Conselho Curador. Acredita que o *Compliance* não atua de forma correta, pois envolve poderes locais, comunidades etc. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu uma reunião com todos os atores, após a reunião aberta com a comunidade. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro destacou que a Fundação Renova não reconhece o empresário local como atingido. O Sr. José Carlos Carvalho ressaltou que não é a Fundação Renova, mas sim todo o sistema, no qual a Fundação Renova é o órgão operacional. Por esse motivo, é necessário identificar todos os atores. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que a diretriz foi construída junto com o MP, assim o MP deve estar contemplado no rol de atores a serem convidados para a reunião. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat acrescentou que o Conselho pode fazer uma denúncia ao MP, para que o mesmo provoque a reunião. No entanto, acredita que tomar a iniciativa é a melhor opção. O sr. Carlos Alberto Sangália ressaltou que é melhor o Conselho Consultivo tomar a iniciativa, e conseqüentemente acionar o MP. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que o MP foi o autor dessa construção, assim deve ser convidado. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat questionou se a discussão deve ser sobre a Carta da Câmara ou sobre todo o processo. Os Conselheiros, por unanimidade, optaram pelo processo de contratação. Os conselheiros decidiram que a reunião de Mariana deve ser para colheita de fatos. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu mobilizar a Fundação Renova, para que organize a reunião. No entanto, reforçou que o Conselho Consultivo deve organizar a reunião logicamente. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat questionou quem poderia estar à frente dessa organização. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro se dispôs a organizá-la. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu que a reunião deve ser filmada. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat concluiu que a reunião seja filmada e relatada, e que essa reunião deve ser feita antes da próxima reunião do Conselho. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu que o Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro escreva uma prévia da pauta para os demais Conselheiros avaliarem. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu que após a reunião de escuta, seja feito um seminário com os demais atores. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat ressaltou que na reunião de junho, serão deliberados os encaminhamentos sobre o assunto. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro sugeriu que as reuniões do Conselho sejam agendadas sempre para o final do mês. Os Conselheiros decidiram que a reunião de junho seja adiada para o final do mês, com proposta do dia 26 de junho, a confirmar. Assim, decidiu-se que seja feita uma imersão, sobre política de contratação, compras, *Compliance* e estatísticas, no dia 25; e que, no dia 26 de junho sejam tomadas as deliberações sobre encaminhamentos. Os conselheiros aprovaram por unanimidade a proposta.

Sobre a denúncia em face do Sr. Roberto Waack, o Sr. Cláudio Bruzzi Boechat informou que uma empresa da qual o Sr. Roberto Waack é socio-fundador é alvo de investigação por exploração de madeira e danos ambientais no Amazonas. Mencionou o posicionamento e as explicações do Sr. Roberto Waack postadas no grupo WhatsApp do Conselho. Ressaltou que em conversa pelo WhatsApp, alguns Conselheiros se posicionaram favoráveis ao envio de posicionamento do Conselho em favor do Sr. Roberto Waack. O Sr. Carlos Alberto Sangália ponderou que a

4

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Gregório Assagra de Almeida

Promotor de Justiça  
Curador de Fundações



investigação está em curso, e por isso acha precipitado o posicionamento do Conselho. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro e o Sr. Igor Rodrigues de Assis concordaram com o posicionamento do Sr. Carlos Alberto Sangália. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza se posicionou a favor do Sr. Roberto Waack mas concordou que no momento um posicionamento é precipitado. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta concordou que é precipitado, no entanto sugeriu que cada Conselheiro envie um posicionamento diretamente para o Sr. Roberto Waack. O Sr. Wanderci dos Reis Gomes concordou que cada Conselheiro envie um posicionamento, desde que com a sua opinião pessoal. A Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac concordou com o Sr. Carlos Alberto Sangália. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat argumentou que, do ponto de vista do Conselho o que importa é se e como essa investigação interferirá na reparação. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu que o Conselho emita uma manifestação para que a investigação não interfira na reparação. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza questionou como foi a repercussão do assunto nos territórios. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro relatou que em Mariana houve repercussão negativa. Os demais Conselheiros disseram que não houve repercussão nos territórios. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza questionou em que prejudicaria a Fundação Renova. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro relatou que pode interferir na imagem. O Sr. Carlos Alberto Sangália recomendou que o Conselho acompanhe o processo, para ver se o Sr. Roberto Waack virou réu e se esse assunto impactará no processo da Fundação Renova. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat relatou que o Conselho pode repudiar a manipulação política ou esperar para se manifestar mais pra frente. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu que seja enviada uma carta ao Sr. Roberto Waack com os posicionamentos do Conselho. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat relatou que pode ser enviada cópia da ata ou um dos Conselheiros poderia conversar pessoalmente com o Sr. Roberto Waack. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu a presença do Sr. Roberto Waack na próxima reunião. O Conselho, por unanimidade, decidiu convidar o Sr. Roberto Waack para a próxima reunião.

Relatando a participação na reunião do Conselho Curador em 23/05, o Sr. Cláudio Bruzzi Boechat relatou que manifestou mais uma vez a insatisfação do Conselho Consultivo sobre a falta de diálogo entre as instâncias. No entanto, ressaltou que não houve evolução. Mas o Conselho Curador se disponibilizou em agendar uma reunião. A Governança ficou de estabelecer um mecanismo de interação entre Conselho Curador, CIF e Conselho Consultivo. Relatou também que arguiu sobre a prometida agenda de visitas a campo pelo Conselho Curador. Ficou decidido que quando forem visitar as comunidades, devem comunicar ao Conselho Consultivo para que o Conselheiro da comunidade visitada possa acompanhar. O Sr. José Carlos de Carvalho questionou se o Conselho Consultivo não pediu posicionamento sobre os encaminhamentos feitos na reunião anterior. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat relatou que essa solicitação não é feita. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que os coordenadores devem pensar, em conjunto, para trazer os desdobramentos para a ata, o que traria liga aos eixos. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat relembrou uma fala da Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sobre a impossibilidade de se operar sem articulação. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que não sabe se é proposital ou se é ingenuidade. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat ressaltou que é tão lógico que os Conselhos devem trabalhar juntos, que não sabe por que isso não ocorre. O Sr. Carlos Alberto Sangália acrescentou que a Governança não está acontecendo, pois as instâncias não se comunicam. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza acrescentou que não é Governança, mas sim uma "escalância". O Sr. Carlos Alberto Sangália acrescentou que deve ir além das caixinhas. A Sra. Maria

el

*[Handwritten signature]*

ART

*[Handwritten signature]*

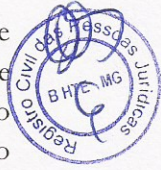
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Auxiliadora de Fátima Costa Souza entende que são 4 eixos que devem ter pauta ~~comum~~ e queções deve ter uma reunião de 1 dia entre os 4 eixos.

Sobre a carta da ECOTUR, o Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que a empresa vinha operando de forma crescente na comunidade, mas com o rompimento da barragem precisou paralisar e se adaptar às demandas vindas da própria Fundação Renova. No entanto, a empresa está passando por dificuldades. Na carta, relataram que não foram reparados integralmente pela Fundação Renova. O Sr. Igor Rodrigues de Assis questionou se o benefício recebido foi realizado pela Fundação Renova ou pela Samarco. O Sr. Carlos Alberto Sangália respondeu que pela Fundação Renova. Relatou que a empresa vem acumulando dívidas. Ressaltou que essa situação ocorre com outras empresas em outras comunidades. Por isso, acredita que a política de indenização deve ser revisada. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro ponderou que esse é apenas mais 1 exemplo. Declarou que, em Mariana, várias empresas faliram com o rompimento da barragem. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu que a Fundação Renova, através do Programa de Economia e Inovação, realize algum projeto de financiamento, com créditos e juros mais atrativos, bem como analise a situação dessas empresas locais, para aproveitá-las em seus processos. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro questionou se essa empresa teve acesso a linha de crédito do BDMG. O Sr. Carlos Alberto Sangália respondeu que a linha de crédito não foi atraente para a empresa. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro relatou que várias empresas em Mariana tiveram o mesmo problema. O Sr. Carlos Alberto Sangália acredita que esses convênios de linha de crédito devem ser revistos pela Fundação Renova. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat questionou se há algo a fazer em relação a empresa ECOTUR. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu a revisão da indenização. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro acredita que a Fundação Renova não deve ver como empresa, mas sim como pessoas. O Sr. Igor Rodrigues de Assis questionou se a empresa fez alguma solicitação/reinvindicação. O Sr. Carlos Alberto Sangália respondeu que eles reivindicam a revisão da indenização. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relatou um caso de uma empresa em Povoação que também solicitou uma reavaliação de sua indenização, e que, no entanto, a Fundação Renova até o momento não deu retorno. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat ressaltou que o Conselho pode emitir recomendações quanto ao caso ECOTUR e quanto às políticas de indenização e políticas de crédito. A Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac acredita que situações semelhantes devem ter soluções / tratamentos semelhantes. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza concorda que é necessário a celeridade desses casos, com priorização dos casos antigos que solicitaram revisão de suas indenizações. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu que a recomendação seja que a Fundação Renova dê celeridade aos processos de pequenos e microempresários e que reveja o processo de indenização, com base no caso da ECOTUR, considerando danos de equipamentos parados. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que está acontecendo uma reunião em Rio Doce, sobre um plano de desenvolvimento do município, onde está sendo gerado um projeto piloto, com o intuito do cartão emergencial só poder ser cortado após uma garantia para as pessoas. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu uma recomendação de edital específico para estímulo aos micros e pequenos empreendedores que já tem cartão se restabelecerem, onde a Fundação Renova apresentasse cenários para as pessoas investirem. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza ponderou que a sua comunidade entende diferente, com a intenção da base trazer essa voz e não a Fundação Renova. Devendo a base dizer como será feito esse edital. O Sr. Carlos Alberto Sangália ressaltou que o processo pode ser decidido com as bases, no entanto, deve ser recomendado à Fundação Renova a construção desse edital. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima



a

*[Handwritten signature]*  
988

*[Handwritten signature]*

MC

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
6  
empres

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Página 7

Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações



Costa Souza se absteve dessa recomendação, tendo em vista que em seu território a conversa já está em andamento, onde a comunidade está analisando os editais existentes. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta acrescentou que, em Povoação, nenhum comerciante investiu no seu estabelecimento. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu que o Conselho recomende à área de Governança a elaboração dessa recomendação, com base na conversa realizada. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro relatou que as promessas feitas para os empresários não são cumpridas pela Fundação Renova. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta acrescentou que existem 3 comerciantes, em Povoação, sem AFE. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que o problema, mais uma vez, é a celeridade. Ressaltou que seria importante o Conselho Consultivo saber o porquê demora tanto para a Fundação Renova dar respostas. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relatou que, ao telefonarem para a Fundação Renova, os atingidos recebem a resposta de que devem aguardar. O Sr. Carlos Alberto Sangália acrescentou que a recomendação acima, sobre celeridade, atinge também esses casos. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relatou que não existe agenda para os comerciantes. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat propôs que a recomendação sobre celeridade seja incluída. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat solicitou que seja anexada à ata, a carta da ECOTUR e a Carta de Repúdio da Câmara de Mariana.

A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relatou a reunião das comunidades. Informou que foi cobrado retorno sobre AFE, sobre as 190 pessoas que não foram atingidas (lista entregue para a Governança). Em Regência, o Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que agendaram uma reunião sem questionar se os Conselheiros poderiam estar presentes. Ressaltou que já foi solicitado que, quando do agendamento de importantes reuniões, os Conselheiros sejam consultados sobre as datas. Foi tumultuada a reunião, pela participação dos moradores, mas foi importante a participação da comunidade. A opinião dos moradores é que a reunião foi a mesma de quando da criação da Fundação Renova, com mesmo discurso. Sugeriu a recomendação para que a Fundação Renova debata com o Poder Público e comunidade sobre a pavimentação das estradas entre Regência e Povoação, como medida compensatória. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu a recomendação para a Fundação Renova conversar com CIF, Câmara Técnica, Estado e comunidade para que se reavalie o edital de Fomento do Turismo e Cultura, bem como criação de fundo a ser administrado pela comunidade e instâncias. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza discordou das recomendações trazidas pelo Sr. Carlos Alberto Sangália, devendo a comunidade fazer um plano de desenvolvimento. O Sr. Carlos Alberto Sangália respondeu que essas questões foram levantadas como prioridade pela comunidade. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que é importante conversar com a comunidade e ver as prioridades da própria comunidade. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que o Conselho deve questionar o posicionamento da Sra. Andrea Azevedo, pois essas recomendações foram registradas em atas da comunidade. O Sr. José Carlos Carvalho questionou se as comunidades não demandam educação. O Sr. Carlos Alberto Sangália respondeu que trouxe a demanda da comunidade. O Sr. Carlos Alberto Sangália respondeu que o asfalto representa acesso a saúde, a escola, para o turista. Sugeriu uma recomendação para que a Fundação Renova pudesse sentar-se com as comunidades e Poder Público, para avaliar a captação futura de água. Sugeriu a recomendação de reforma da escola e agilidade no programa de saúde. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat questionou se essas recomendações foram levantadas na visita da Sra. Andrea Azevedo. O Sr. Carlos Alberto Sangália respondeu que a comunidade entendeu que a melhor forma de encaminhamento é através do Conselho. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza questionou a questão metodológica, devendo o Conselho recomendar como vai ser o plano de desenvolvimento do Município e reforçou a importância de a Sra. Andrea Azevedo responder porque a ata da reunião da comunidade não é legitimada. O Sr. Carlos Alberto Sangália ressaltou que as recomendações trazidas estão no plano da comunidade. A Sra. Maria Auxiliadora de

el

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten initials and marks]*

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça

Fátima Costa Souza sugeriu que o plano da comunidade deva ser aprovado pela Fundação Renova, e que ata da comunidade seja reconhecida. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relatou os problemas de saúde e educação de Povoação, onde foi solicitado pela comunidade a ampliação da escola e melhoria do posto de saúde. O Sr. Igor Rodrigues de Assis entende que algumas das recomendações, sugeridas pelo Sr. Carlos Alberto Sangália, são obrigações do órgão público, mas que em alguns casos a Fundação Renova pode auxiliar. Sugeriu que o Conselho emita uma recomendação para que a Fundação Renova reconheça a criação de plano de desenvolvimento da comunidade. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu a presença da Sra. Andrea Azevedo para discutir o assunto. A Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac concordou com o posicionamento do Sr. Igor Rodrigues de Assis e acrescentou que, se o plano já está em elaboração, a Fundação Renova o reconheça como legítimo. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza ponderou que o Conselho não está contra a comunidade, mas está em favor de uma metodologia. A Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac sugeriu que seja votado entre a sugestão do Sr. Carlos Alberto Sangália e do Sr. Igor Rodrigues de Assis. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat reforçou que essas demandas trazidas da comunidade de Regência devem ser consideradas dentro de um contexto de plano de desenvolvimento integrado e sustentável para cada território e que a Fundação Renova reconheça e aprove essa legitimidade. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta concordou com o Sr. Carlos Alberto Sangália, e ressaltou que Povoação está junto com Regência. O Sr. José Carlos Carvalho questionou se o plano já está em andamento. O Sr. Carlos Alberto Sangália respondeu que sim, já está em fase de elaboração. O Sr. José Carlos Carvalho concluiu que os Conselheiros trazem demandas sobre asfalto e água, no entanto os demais Conselheiros entendem que a recomendação deve ser a elaboração do plano de desenvolvimento, sendo as referidas demandas tratadas no âmbito do plano de desenvolvimento. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat ressaltou que no contexto da recomendação, devem ser descritas as demandas trazidas pelo Sr. Carlos Alberto Sangália. O Sr. Carlos Alberto Sangália solicitou uma votação sobre a recomendação do asfalto e da captação futura de água. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta e o Sr. Carlos Alberto Sangália votaram a favor da recomendação, já os demais conselheiros entendem que isso deveria estar dentro de um plano de desenvolvimento integrado e sustentável.

Os conselheiros aprovaram uma recomendação para a Fundação Renova reconhecer e apoiar o desenvolvimento de criação de plano de desenvolvimento integrado e sustentável da comunidade, contemplando as solicitações das comunidades, excluindo as obrigações do Poder Público. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat se absteve do voto. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta ressaltou que desde o começo cobra a parceria do governo e da Fundação Renova, quanto à água, saúde, educação. Concordou que não devem ser impostas à Fundação Renova obrigações do Poder Público, mas solicitou uma parceria entre os dois. O Sr. Carlos Alberto Sangália acrescentou que os problemas são reflexo do rompimento da barragem. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza ressaltou que a comunidade deve exigir a presença do Prefeito. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta respondeu que existe uma briga política na comunidade. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza ressaltou que é uma questão metodológica, devendo ser questionado à equipe de diálogo o motivo dessa falta do Poder Público na comunidade. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu uma pauta na próxima reunião com a diretora Sra. Andrea Azevedo, sobre o assunto.

Sobre a imersão da política de Pescador de Fato, o Sr. Igor Rodrigues de Assis relatou que a área técnica sugeriu que o Conselho Consultivo crie uma comissão para acompanhamento do projeto piloto. Os Conselheiros concordaram, por unanimidade, com a criação da comissão interna para acompanhamento do projeto Pescador de Fato. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza e a Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta se candidataram para participar. Os conselheiros



el

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações



Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

aprovaram. O Sr. Carlos Alberto Sangália ressaltou que o projeto foi protelado, como dito anteriormente. O Sr. Igor Rodrigues de Assis acrescentou que, sobre os casos incompletos, a área técnica propôs o retorno à comunidade e solicitaram a opinião do Conselho Consultivo, bem como questionaram como o Conselho pode participar desse procedimento. Os Conselheiros aprovaram o retorno da área técnica à comunidade, com a participação de um dos conselheiros. A Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac ressaltou que a Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta deve ser preservada na comunidade. O Sr. Igor Rodrigues de Assis ponderou que a Fundação Renova vem cumprindo o cronograma apresentado ao Conselho Consultivo anteriormente. Relatou que dia 17 de junho, o Sr. André Vasconcelos apresentará os resultados parciais para o Conselho Curador. Sobre o pagamento, ressaltou que informaram que depende da aprovação do Conselho Curador, para então construir a política de pagamento. Sugeriu a presença do Conselho Consultivo nessa apresentação ao Conselho Curador. Os conselheiros aprovaram as presenças da Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza e da Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta na reunião com o Conselho Curador.

5.2 Intervalo para lanche;

5.3 O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat informou ao Sr. Bruno Dias Vieira Marques, da área de Relações Institucionais da Fundação Renova, as decisões tomadas, na sessão restrita aos conselheiros, quanto à Carta Repúdio da Câmara de Mariana. O Sr. Bruno Dias Vieira relatou que foi feita uma análise interna subjetiva da referida carta. Quanto à falta de efetividade, relatou que alguns casos são legítimos, no entanto há também a falta de percepção da efetividade, por falha na comunicação. Essa ação da Câmara tem interesse do Prefeito atual, assim como de dois ex-prefeitos. Existem fatores externos, políticos e econômicos, bem como comparações com a situação de Brumadinho. Ressaltou que a carta foi catalisadora dos interesses políticos. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza acrescentou que a Fundação Renova é o eixo fundamental das campanhas políticas. O Sr. Bruno Dias Vieira Marques concordou com a fala da Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza. Reforçou que a cobrança do Prefeito por meio da mídia foi intensificada. Além disso, há o interesse da volta das atividades da Samarco e do retorno das ações da Fundação Renova para a Samarco. Bem como apresentações de pleitos que não necessariamente têm nexos com o rompimento da barragem. Reforçou que existem pleitos legítimos, mas existe também um viés político, que é secundário. Relatou que o plano diretor foi criticado pela Câmara, simplesmente pelo fato de ter sido conduzido pela Fundação Renova, mesmo sendo elaborado de forma coletiva. Esclareceu que o que será feito é um plano de resgate institucional, onde serão apresentados os resultados, e trabalhada a comunicação. É necessário que o empresariado local entenda toda a complexidade do processo de contratação local. Ponderou que a Carta de Repúdio é o primeiro sinal de insatisfação coletiva e, se ele foi feito, outros atos serão feitos pela comunidade, como por exemplo, manifestações públicas na mídia, paralizações etc. Cabe à Fundação Renova estimular o diálogo e verificar o que pode e deve ser mudado. O problema é que um simples distrato de contrato é direcionado para a Câmara. Por isso é importante alterar a percepção dos pontos positivos. O resgate do relacionamento é o ponto focal do momento. As ações de compensação estão sendo implantadas, mas é importante também resgatar as ações reparatórias que já estão acontecendo. Existe a percepção negativa porque a comunicação é falha, mas também existe a percepção negativa porque alguns autores não querem reconhecer. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro reforçou que o processo precisa ser melhorado, as comunicações precisam ser melhoradas e, com relação aos anseios políticos, eles devem ser separados, mas não

de

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials and signature]*

Gregório Assagra de Almeida

Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

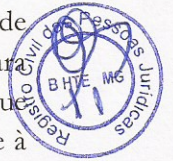
podem ser generalizados, devem ser analisados caso a caso. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza acredita que o Conselho deve ficar atento às demandas políticas que vêm transvestidas de boas intenções. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro concordou com a existência dos posicionamentos políticos. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza ressaltou que a proposta de escutar os fatos vai auxiliar a análise do Conselho Consultivo. O Sr. Bruno Dias Vieira Marques relatou que, quando um vereador não é atendido, ele faz uma denúncia para o MP, que gera um anseio na comunidade. Ressaltou os ganhos do município de Mariana como, por exemplo, a criação de restaurantes, pousadas cheias etc. Expôs o fluxo de contratação. Acredita que o vereador que assinou a Carta de Repúdio era o maior apoiador da Fundação Renova, no entanto, após algumas negativas, passou a ser contra a Fundação Renova. O único vereador que não assinou a Carta de Repúdio é fornecedor da Fundação Renova. Acrescentou que alguns vereadores chegaram a dizer que assinaram a Carta de Repúdio para não serem taxados como comprados pela Fundação Renova. Esclareceu que o que deve ser feito é atender ao pleito do empresariado, atender aos pleitos compensatórios do prefeito que tenham nexos causais com o TTAC. Bem como a falta de percepção e a falta de efetividade devem ser trabalhados pela Fundação Renova. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que concorda com a necessidade de ouvir os fatos. O Sr. Bruno Dias Vieira Marques relatou que esse diagnóstico com os vereadores deve ser feito de forma individual. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza questionou se a escuta não deve ser feita com os empresários também. O Sr. Bruno Dias Vieira Marques concordou que os empresários devem ser escutados. O Sr. Carlos Alberto Sangália ponderou que, por estarmos aproximando do período eleitoral, essas manipulações políticas podem acontecer de forma mais estruturada, devendo a Fundação Renova estar atenta a isso. Para que as manifestações não aconteçam, é importante juntar todo mundo, promover o encontro de todos. Parabenizou a apresentação do Sr. Bruno Dias Vieira Marques, que não trouxe uma defesa da Fundação Renova, mas sim uma problematização coesa e sincera da situação, bem como mostrou encaminhamentos para a melhoria da situação. Acrescentou que, nas questões das entregas, a Fundação Renova deve analisar os prazos e remodelar o *Compliance*, de acordo com a realidade. Acrescentou que é importante observar não só os prazos de entrega, mas também a qualidade das entregas. O Sr. Bruno Dias Vieira Marques respondeu que foi feito trabalho de sensibilização com os programas, com estimulação do efeito prático dos resultados. A moção de repúdio serve de grande alerta. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que o Sr. Bruno Dias Vieira Marques mencionou que a Fundação Renova não consegue dar visibilidade as entregas, no entanto acredita que a Fundação Renova não consegue dar visibilidade ao processo. Porque vendo o processo, a comunidade verá a entrega. Solicitou que os cronogramas sejam repassados para as comunidades.

5.4 A Sra. Juliana Borges Ferreira Souto e o Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior apresentaram a nova estrutura de Integração territorial. A Sra. Bárbara Braga Paulino informou que o assunto foi trazido de acordo com debates ocorridos nas reuniões anteriores do Conselho Consultivo. A Sra. Juliana Borges Ferreira Souto apresentou a Diretoria de Engajamento e Integração Territorial. Ressaltou que não basta, em um processo como esse, apenas desenhar a estrutura, por isso é importante a integração, com definição dos papéis e responsabilidades, elaboração de fluxograma de processo, definição de política de alçadas para temas críticos. Questionou como o Conselho Consultivo se vê no processo de integração territorial. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat respondeu que existe o instrumento de viagem de território, onde é feito a escuta à comunidade. As demandas trazidas pela comunidade são anotadas pelos Conselheiros que se comprometem a retornar à

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'Juliana' and other initials like 'el', 'AT', 'MC', 'JK', and 'apenas'.

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

comunidade com as respostas para cada demanda. Ressaltou que é um processo de cooperação. Ressaltou que a programação de visitas é feita em acordo com os gerentes de território, como forma de reforçar sua presença e auxiliar na identificação e reforço dos processos de entrega de soluções aos atingidos. Ou seja, o Conselho está à disposição dos Gerentes de Território para comparecer ao território, quando o Conselho possa ter uma participação efetiva. Acrescentou que o caminho oposto, o da devolução de soluções, deveria ser feito para que o Conselho retorne à comunidade – porém as devolutivas não foram eficazes. Outra forma de participação é a presença do próprio Conselheiro representante de uma comunidade, que traz as demandas da comunidade para o Conselho, que elabora recomendações que são enviadas para Diretoria, CIF ou Conselho Curador. Reforçou que, neste momento, o Conselho está lutando para que essas recomendações sejam disponibilizadas em um site, para publicidade. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza ressaltou que a ideia do gerente de território foi criada em Governador Valadares, para dar respostas imediatas, evitando que essas demandas chegassem ao Conselho Consultivo. O Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior acrescentou que a ideia de gerente de território foi alterada, tendo em vista que o gerente estava recebendo muitas demandas, de todos os lados. Agora a equipe de Diálogo recebe as demandas e o papel de destravar as demandas é do gerente de integração territorial. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat lembrou o caso da caixa d'água de Areal. O Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que a ideia do gerente de território surgiu com a intenção de que ele tivesse um valor financeiro à sua disposição, para resolver demandas de pequeno porte. Não adianta ter o gerente de território se ele não tiver autonomia. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat reforçou que é necessário que o gerente de território esteja presente no território. O Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que, se o gerente não tiver autonomia, não vai funcionar. A Sra. Juliana Borges Ferreira Souto solicitou exemplos de autonomia. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza exemplificou com o caso do atingido que não recebeu o auxílio financeiro. O Sr. Carlos Alberto Sangália deu os exemplos da caixa d'água de Areal e da necessidade de compra de eucalipto para construção. O Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior relatou que existem 50.000 demandas com entrave, recebidas pelo Diálogo. Acrescentou que algumas demandas estão pendentes de novas políticas. Em relação à autonomia, ressaltou que o gerente tem autonomia de construir agendas, mas não pode ter autonomia total. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza completou que o gerente deve dar celeridade aos processos. O Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior ressaltou que a grande quantidade de demandas dificulta a celeridade dos processos. O Sr. José Carlos Carvalho ponderou a importância da alçada. Para ter autonomia, o gerente e os instrumentistas devem utilizar a mesma partitura, de preferência escrita, cujo autor é a comunidade. A Fundação Renova vem fazendo sucessivas reformas institucionais, mas a melhor estrutura nem sempre consegue a integração necessária. Questionou qual a alçada desse gerente, se o gerente é a cara da Fundação Renova no território. O Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior respondeu que a cara da Fundação Renova nas comunidades é o Diálogo. O gerente de integração territorial tem contato direto com o Diálogo. O Sr. José Carlos Carvalho questionou se a Fundação Renova tem várias caras. O Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior respondeu que não, pois, para a comunidade, a cara da Fundação Renova é o Diálogo. O Sr. José Carlos Carvalho relatou que o modelo da Fundação Renova na comunidade é tripartite: uma pessoa para lidar com os poderes públicos, uma para a comunidade e uma para a Governança. O Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior ressaltou que, no entanto, o poder está na mão apenas do gerente de integração territorial, e o Diálogo e o RI são apenas comunicações. O Sr. José Carlos Carvalho questionou quantos funcionários a Fundação Renova tem e quantos estão nos territórios. A Sra. Juliana Borges Ferreira Souto respondeu que são 500 funcionários, sendo em torno de 150 em Belo



el

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials and signature]*

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

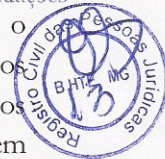
Horizonte. O Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior respondeu que o poder convocatório do território e do gerente de integração territorial. O Sr. José Carlos Carvalho questionou qual o nível de alçada do gerente de integração territorial e o que ele pode decidir, se os mecanismos de decisão continuam centrados em Belo Horizonte. O Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior relatou que as salas de gestão estarão nos territórios dentro de 3 meses. Reforçou que a Diretoria reclama que o que chega para eles é o problema sem solução, assim o intuito da sala de gestão é levar as soluções para a Diretoria. No entanto, se a Diretoria não tem alçada, aí tem que desenhar a política para as aprovações de alçadas necessárias. O Sr. José Carlos Carvalho concluiu que é importante ter noção que a Fundação Renova está desenhando a importância do território, no entanto, é importante estabelecer algumas alçadas de decisão do gerente de território. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza ressaltou que é importante verificar qual o desprendimento das pessoas que estão na Fundação Renova, para administrar esse poder, pois existem questões pessoais para lidar com o poder. Ressaltou que o Sr. Bruno Dias Vieira Marques mostrou facilidade em lidar com as dificuldades. Ressaltou que a Fundação Renova não foi feita nesse formato. Questionou como a Fundação Renova avalia se está respondendo às demandas simples, já que estão chegando em grandes quantidades. Questionou se já viram o pessoal de Diálogo em reuniões com a comunidade, pois o Diálogo não tem respostas, o que é desumano por parte da Fundação Renova, que os coloca em frente à comunidade sem as respostas. O Sr. Carlos Alberto Sangália ressaltou que o Diálogo tem que ter autonomia, assim como o gerente de território. Reforçou que a imagem da Fundação Renova, no território, é o Sérgio Kuroda, e não o Diálogo. Esclareceu que existem diferentes partituras: uma da comunidade e outra do Poder Público, o que pode gerar desarmonia. Ressaltou a importância de o gerente de território ficar no território e não em Belo Horizonte. Parabenizou a equipe, pois foi a primeira vez que o Conselho Consultivo sente que está sendo ouvido. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat solicitou que o Conselho Consultivo seja inserido no organograma de engajamento e integração territorial. O Sr. Luiz Antônio Ferraro Junior agradeceu a oportunidade de se reunir com o Conselho Consultivo, e ressaltou que tem a certeza que o Conselho é ouvido, e, o que é pedido, é de grande importância. Concordeu com o sofrimento psíquico do pessoal do Diálogo, e ressaltou que a Fundação Renova trabalha para ter uma agenda com a comunidade e não só ser reativo. Relatou que está circulando nos territórios e que, sobre o Sérgio Kuroda, é necessário demonstrar para a comunidade a presença do Diálogo. A Sra. Juliana Borges Ferreira Souto ponderou que o gerente tem que ter presença no território, mas não diária. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que um dos atingidos faleceu, e que nesse momento deveria ter a presença da Fundação Renova, tendo em vista sua luta/ presença. Sobre a avaliação, a Sra. Juliana Borges Ferreira Souto ressaltou que existem fóruns coletivos, onde são avaliados os valores, bem como existe avaliação dos gestores. Apresentou as 4 competências que são avaliadas: contexto e desenho da solução; gestão; mediação; pessoas. A Sra. Barbara Braga Paulino questionou se essa avaliação é anual. A Sra. Juliana Borges Ferreira Souto respondeu que sim. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat perguntou quem avalia. A Sra. Juliana Borges Ferreira Souto respondeu que o gestor. O Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que existe uma matriz de avaliação que é avaliação mútua, onde todos avaliam todos, desconfigurando inimizades. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza questionou se a questão geográfica (onde está o gerente) foi colocado na avaliação. A Sra. Juliana Borges Ferreira Souto ressaltou que o gerente deve ficar no território. No entanto, o representante será sempre o Diálogo. E, como o gerente precisa destravar algumas demandas, ele precisará circular.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'Bruno' and other initials like 'K', 'L', and 'E'.

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações



5.5 Intervalo para Almoço;

5.6 A Sra. Marina Tiso E Sousa e a Sra. Simone de Melo Silva Pimentel apresentaram o desenvolvimento de fornecedores locais. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel explicou os programas: (i) Dia do fornecedor. O Sr. Carlos Alberto Sangália questionou os dados dos atendimentos dos demais territórios. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel informou que só tem os dados de Mariana e Governador Valadares; (ii) reuniões de Kick-off; (iii) rodada de negócios. A Sra. Marina Tiso E Sousa relatou que, na última quinta-feira, houve uma reunião com a ACIAM, para repassar os dados de Mariana. O Sr. Carlos Alberto Sangália questionou se na Foz houve rodadas de negócios. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel respondeu que até o momento não houve necessidade de realizar a rodada de negócio na Foz. A Sra. Marina Tiso E Sousa relatou que existe muita dificuldade devido ao declínio das empresas na Foz. O Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que na região da Foz os prestadores de serviço não estão sendo convidados para os processos de concorrência da Fundação Renova. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel relatou que irá apresentar os novos planos para a Foz. A Sra. Marina Tiso E Sousa completou que toda terça-feira são lançados no site da Fundação Renova os processos de concorrência, no entanto poucas empresas têm se cadastrado. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel relatou que, nessas rodadas, são enviados convite individual, por e-mail, telefone, divulgado em mídia, mesmo assim não há público significativo. A Sra. Marina Tiso E Sousa informou que, no último evento em Governador Valadares, foram convidadas 300 empresas, no entanto apenas 20 compareceram. Relatou que não conseguiram fornecedores de lanche para os escritórios da Fundação Renova, em Regência. O Sr. Hugo Stefâncio Carvalho Carneiro questionou se o número de 8,6 milhões contempla o consórcio HCD. A Sra. Marina Tiso E Sousa esclareceu que esse número se refere a compras realizadas pelos fornecedores. O Sr. Hugo Stefâncio Carvalho Carneiro questionou porque pararam de enviar os processos de contratação para a ACIAM. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel relatou que esse foi o combinado com a ACIAM. A Sra. Marina Tiso E Sousa relatou que, com o portal, estabeleceu-se um maior nível de transparência. Relatou que antes de colocar a concorrência no mercado, a Fundação Renova faz uma análise das empresas que demonstraram interesse.; (iv) Programa de desenvolvimento de fornecedores. A Sra. Marina Tiso E Sousa ressaltou que esse trabalho é parecido com o programa desenvolvido pelo SEBRAE. Relatou que o programa será executado em Linhares e Colatina. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel acrescentou que em todos os eventos é aplicado um questionário. Explicou que todas as empresas foram certificadas. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu que o programa tenha um acompanhamento do número de contratos dessas empresas certificadas com a Fundação Renova. A Sra. Marina Tiso E Sousa relatou que esse acompanhamento já é realizado. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel relatou que o programa está sendo ampliado. Apresentou as novidades para 2019, com aumento do número de palestras e seminários; diagnóstico inicial com entrega de plano de trabalho; acompanhamento mensal e presencial, extensão do programa para Colatina e Linhares. O Sr. Carlos Alberto Sangália solicitou que seja estendido para a Foz. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel relatou que os municípios podem participar em Linhares. A Sra. Marina Tiso E Sousa relatou que pode ser avaliado, caso tenha público, para a extensão para a Foz. Relatou que o projeto é grátis, e mesmo assim as empresas não têm demonstrado interesse em participar. A Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac questionou se a Fundação Renova possibilita a locomoção das empresas da Foz para participarem dos projetos. A Sra. Marina Tiso E Sousa solicitou que os Conselheiros enviem para o e-mail da Sra. Simone de Melo Silva Pimentel (simone.pimentel@fundacaorenova.org), até a próxima sexta-

OP

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*

*[Handwritten signature]*

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Página 14

Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

feira, dia 07/06/2019, uma lista de empresas que desejam passar pela capacitação. A Sra. Simone de Melo Silva Pimentel informou que as contratações previstas são inseridas no site toda quinta-feira. A Sra. Marina Tiso E Sousa informou que para as empresas de Mariana são abertos os processos dos demais territórios, se não tiver pelo menos 3 fornecedores. A Sra. Marina Tiso E Sousa sugeriu que a área traga, na próxima reunião ou na reunião de julho, os processos em Regência, bem como a listagem das empresas que declinaram. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro questionou porque a Fundação Renova atua como se fosse uma empresa S.A. e não como fundação. O Sr. Carlos Alberto Sangália acrescentou que deveriam ser analisadas as particularidades de cada localidade. O Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro acrescentou que deve ser flexibilizado. A Sra. Marina Tiso E Sousa ponderou que, ao mesmo tempo que a Fundação Renova deve flexibilizar, deve garantir a integridade da contratação. Acrescentou que são necessárias melhorias na transparência e na comunicação. O Sr. José Carlos Carvalho questionou se o fornecedor deve ser cadastrado. A Sra. Marina Tiso E Sousa respondeu que, para o processo de contratação, não é necessário cadastro. O Sr. José Carlos Carvalho questionou como é divulgado o edital. A Sra. Marina Tiso E Sousa respondeu que o edital é publicado no site toda quinta-feira. Após a divulgação, é enviada uma carta convite para aquelas empresas que fazem parte do vendor-list e para aquelas que se interessaram através do site. O Sr. Carlos Alberto Sangália e o Sr. Hugo Stefânio Carvalho Carneiro sugeriram que a Fundação Renova envie e-mail toda semana para as associações comerciais e para o vendor-list. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu que a Fundação Renova realize um cadastro das empresas locais de Regência e Povoação. A Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac sugeriu que deve ser enviado e-mail para as associações comerciais de todos os municípios impactados. A Sra. Marina Tiso E Sousa relatou que nem todas as associações comerciais têm abertura, como a ACIAM.



5.7 A Sra. Barbara Braga Paulino esclareceu que existem dois projetos: um de mobilização de jovens chamado "O Futuro do Rio Doce Somos Nós", parceria entre a Fundação Renova e o Instituto Elos, e o edital da juventude dentro do programa de revitalização. O Sr. Felipe Moura de Andrade apresentou o programa educação para revitalização do rio Doce. Relatou que, sobre o projeto de formação de lideranças Jovens, o edital foi lançado no site da Fundação Renova no dia 08/05. Apresentou os valores do projeto e esclareceu que o projeto tem 3 ciclos. Esclareceu que haverá um projeto de multiplicação, onde os jovens de um ciclo mobilizam jovens para os próximos projetos. Apresentou as etapas do projeto. Solicitou que o Conselho Consultivo divulgue o projeto. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu o envio da pílula do WhatsApp sobre o tema. O Sr. Felipe Moura de Andrade se responsabilizou em enviá-lo.

5.8 O Sr. Felipe Moura Andrade informou que a viagem de representantes das comunidades da Foz para o Maranhão foi realizada com o intuito de inspirar aquelas comunidades para o fortalecimento do ecoturismo, como parte da parceria com o SEBRAE e o programa de Economia e Inovação. Relatou a estratégia integrada para atuação na Foz a partir do turismo, com a criação de Grupo permanente para o plano de turismo na Foz e GT da CT-ECLET que ajudará na elaboração de um novo projeto especial da Foz. O Sr. Carlos Alberto Sangália sugeriu a inclusão do Governo Federal, instituições ligadas à cultura, ao turismo e ao meio ambiente que atuam na Foz e a ICMBIO. O Sr. Felipe Moura Andrade apresentou o roteiro de entregas e o draft da Foz, com os impactos em turismo, bem como as potencialidades. O Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que todos os nichos turísticos podem ser trabalhados na Foz. Acrescentou a necessidade de se pensar uma rota diferente para a Foz. Relatou que considerou pouco o diagnóstico feito pela

el

*[Handwritten signature]*

14

*[Handwritten initials and signatures]*

Gregório Azevêdo de Almeida  
Promotor de Justiça

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Futura, e na conversa com a Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta foi solicitado que esse diagnóstico seja entregue para a comunidade e que a Fundação Renova o leve em consideração. O Sr. Felipe Moura Andrade esclareceu que todo o projeto foi feito com base no referido diagnóstico. O Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que a viagem ao Maranhão e Piauí foi positiva, para as comunidades poderem observar coisas semelhantes, mas exploradas de formas diferentes. A Sra. Mirna Castro Folco informou que havia representantes da secretaria municipal do turismo e da secretaria estadual de cultura. O Sr. Carlos Alberto Sangália mencionou um plano indutor de turismo para a Foz realizado anos atrás pelo Projeto Tamar e um consultor internacional. Solicitou que a Fundação Renova resgate esse projeto e que agregue o referido no projeto da Fundação Renova. Sugeriu que, antes de aprofundar ainda mais na construção do plano, pudesse ser feita uma nova visita técnica, com roteiro diferente, para as pessoas poderem conhecer novas rotas. O Sr. Felipe Moura Andrade solicitou ao Sr. Carlos Alberto Sangália que compartilhe o projeto realizado pelo consultor do SEBRAE. O Sr. Carlos Alberto Sangália se responsabilizou por conseguir o projeto. Apresentou as fotos da viagem, com artesanato, sustentabilidade, características locais, tradição, associações, área de mangue, questões de infraestrutura, tradicionalidades, as tartarugas, a revoada, artesãs, apresentação da secretaria de monitoramento do turismo, reuniões com o SEBRAE, dinâmica com os moradores. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relatou que a comunidade demonstrou que o impacto não impede a comunidade de avançar, que tudo requer tempo e que a comunidade é interligada. Ressaltou que não é necessário focar nas dificuldades, nos problemas, mas sim no avanço, que é possível. Percebeu, com a viagem, o quanto é preciso melhorar. O Sr. Carlos Alberto Sangália acrescentou que a reestruturação, a melhora e a busca por mercado são o segredo. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que a tradição é o segredo de sua comunidade. A Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta concordou com a Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza, pois a comunidade se levantou sozinha, sem ajuda do governo, com a ajuda do SEBRAE. O Sr. Felipe Moura Andrade solicitou o envio da apresentação sobre a viagem por e-mail. A Sra. Mirna Castro Folco se responsabilizou por enviar. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat questionou quem eram as pessoas que foram à viagem. O Sr. Carlos Alberto Sangália respondeu que eram moradores de Regência e Povoação, representantes da secretaria municipal do turismo de Linhares e da secretaria estadual de cultura do Espírito Santo, e colaboradores da Fundação Renova. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat agradeceu à Fundação Renova a oportunidade. O Sr. Felipe Moura Andrade acrescentou que foi feito um debate sobre o que é reparar em educação e cultura, e que chegaram à conclusão que é voltar a economia, o modo de vida, as relações. Relatou que será trabalhada uma melhoria de imagem dos municípios. Acrescentou que a experiência mostrou que levar os atores a outros lugares foi produtivo e que pode promover resultados. No entanto, deve ser não apenas uma visita, mas sim um programa. O Sr. Carlos Alberto Sangália relatou que a integração da Fundação Renova com a comunidade foi produtiva. A Sra. Maria Cristina Andrade Aires questionou quem elaborou o projeto e solicitou que o envie por e-mail. O Sr. Carlos Alberto Sangália se responsabilizou por enviar o projeto. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu o intercâmbio na própria bacia, recomendação já feita em outras ocasiões pelo Conselho.

5.9 A Sra. Barbara Braga apresentou o status das recomendações. Relatou que a ideia é trazer em todas reuniões o status das recomendações. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat afirmou que as respostas às recomendações devem ser inseridas na planilha de registro e solicitou que passem a ser enviadas por e-mail e WhatsApp para os conselheiros, com um parecer da governança sobre a

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

resposta. A Sra. Bárbara Braga concordou com os encaminhamentos e sugeriu, como alternativa, o envio de relatório semanal, toda sexta-feira, sobre o status das recomendações.

5.10 A Sra. Luísa Rennó e o Sr. José Geraldo Rivelli apresentaram o Relatório de Realizações. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat informou que fez a apresentação no formato de testemunho pessoal. A Sra. Luísa Rennó solicitou uma imagem em alta resolução da Governança da Fundação Renova. A Sra. Ana Cristina da Silva se responsabilizou por encaminhar. O Sr. José Geraldo Rivelli acrescentou que o grupo revisor receberá um exemplar para fazer uma revisão. A Sra. Luísa Rennó solicitou contribuições para o relatório, para elaboração da conclusão. Solicitou que as sugestões sejam enviadas para o e-mail [luisarennog@gmail.com](mailto:luisarennog@gmail.com), até o dia 10/06. O Sr. José Geraldo Rivelli concluiu que o relatório foi feito nesse formato, tendo em vista a solicitação dos conselheiros, para que se fugisse do convencional. O Sr. José Geraldo Rivelli e o Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriram que o Sr. José Carlos Carvalho ajude nessa conclusão. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu o envio por e-mail ou por meio de um vídeo. A Sra. Luísa Rennó entregou uma cópia do relatório para a Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza realizar a revisão. O Sr. Cláudio Bruzzi Boechat sugeriu que envie para os ex-conselheiros Srs. Tarcísio Foeger e Humberto Savelli, em PDF, para revisão. Questionou se a entrega final está prevista para o dia 15/06. A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza sugeriu o envio do relatório para as comissões dos atingidos, as câmaras técnicas, CIF, MP, comitê de bacia, Governo estadual e federal, as empresas, bem como o novo conselho consultivo.

5.11 A Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza relatou que foi uma boa reunião. O Sr. José Carlos Carvalho acrescentou que a reunião foi excepcional em termos de conteúdo e que, pela primeira vez, vê os atores da Fundação Renova com clareza de futuro, principalmente assuntos relacionados à câmara municipal de Mariana e sobre os gerentes de território.

**6. Recomendações e Manifestações:** São apresentadas abaixo todas as recomendações e manifestações oriundas dessa reunião para posterior apreciação e aprovação dos conselheiros, por intermédio do coordenador Sr. Cláudio Bruzzi Boechat, para então tramitar internamente à Fundação Renova.

#### 6.1 Tema: Celeridade nos processos de indenização de microempresários e revisão das políticas de crédito

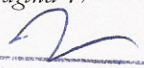
**Contexto:** Na sua reunião de 30/05/2019, o Conselho Consultivo recebeu, por meio do Conselheiro Sr. Carlos Sangália, um ofício da empresa Ecotur, localizada em Regência (ES), relatando o encerramento de suas atividades em maio de 2019 devido aos prejuízos advindos do rompimento da barragem de Fundão em 2015. Relatou que a Fundação pagou a indenização referente ao lucro cessante à empresa, porém não considerou a aquisição de equipamentos de ecoturismo como dano material passível de indenização e não reconheceu que a empresa estava pagando diversos empréstimos e financiamentos contraídos para aquisição desses equipamentos. Diante do relato, o Conselho Consultivo debateu amplamente a questão e concluiu que há necessidade de maior celeridade nos processos de indenização bem como a revisão das políticas de crédito lançadas para os microempresários locais.

**Recomendação:** O Conselho Consultivo recomenda que a Fundação Renova dê celeridade aos processos de indenização, realize uma revisão das políticas de crédito para os microempresários e que responda ao ofício da Ecotur.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'Van' and another that says '16'.



  
Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

**Área da Renova:** Diretoria

### 6.2 Tema: Redesenho de Organograma Territorial

**Contexto:** Na sua reunião de 30/05/2019, foi apresentado ao Conselho Consultivo o Plano de Integração Territorial (PTI). O Conselho Consultivo tem interesse em participar ativamente da sua execução e então solicita que seja contemplado, de alguma forma, no desenho do plano, a fim de garantir o alinhamento e o papel consultivo nesse processo.

**Recomendação:** Propor forma de participação do Conselho Consultivo no Plano de Integração Territorial, e prever o Conselho no desenho do plano.

**Área da Renova:** Diretoria

### 6.3 Tema: Desenvolvimento de Fornecedores na Foz

**Contexto:** na reunião do Conselho Consultivo em 30/05/2019, foi apresentado, pela área de Suprimentos, o programa de desenvolvimento de fornecedores locais. O Conselho questionou o motivo pelo qual a fase de rodadas de negócios do programa não foi feita na Foz e que, nesta localidade, os prestadores de serviço não estão sendo convidados para os processos de concorrência da Fundação Renova. Na ocasião, o Conselheiro Sr. Carlos Alberto Sangália se comprometeu a enviar o contato da associação e fornecedores locais para a interlocução.

**Recomendação:** O Conselho Consultivo recomenda que o programa de desenvolvimento de fornecedores seja estendido para a Foz e que seja realizado um cadastro das empresas locais.

**Área da Renova:** Diretoria

### 6.4 Tema: Divulgação ativa de oportunidades de contratações

**Contexto:** Na sua reunião de 30/05/2019, o Conselho Consultivo avaliou que é preciso reforçar a divulgação para empresas de toda a área atingida de oportunidades de prestação de serviços e fornecimento para a Fundação Renova, de forma a garantir que um maior número de interessados possa participar dos processos concorrenciais.

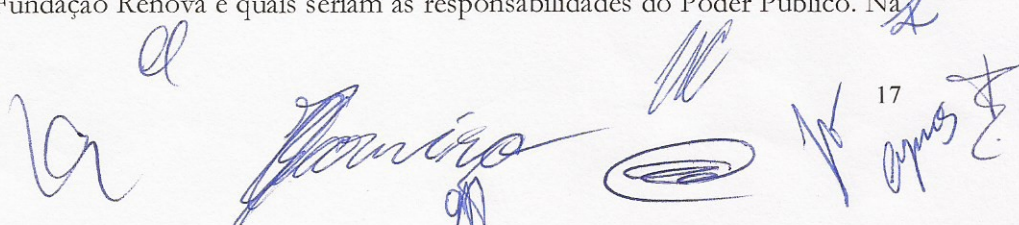
**Recomendação:** Para garantir o acesso às informações sobre as oportunidades de prestação de serviços e fornecimento para a Fundação Renova, o CCO recomenda que a Fundação envie e-mail semanalmente para as associações comerciais de todos os municípios da calha e para o vendor-list já formado pela Fundação, além de manter a publicação no site.

**Área da Renova:** Diretoria

### 6.5 Tema: Plano de desenvolvimento dos territórios atingidos na Foz do Rio Doce

**Contexto:** Na reunião do Conselho Consultivo de 30/05/2019, os conselheiros Sr. Carlos Alberto Sangália e Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta relataram a reunião realizada com a diretoria da Fundação Renova nos territórios da Foz no dia 28 de maio de 2019, e levantaram os pleitos da comunidade. Houve um amplo debate entre os conselheiros sobre quais seriam as responsabilidades da Fundação Renova e quais seriam as responsabilidades do Poder Público. Na





Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

Gregório Asságra de Almeida

Promotor de Justiça

Substituto do Promotor

referida reunião, a comunidade atingida solicitou aos conselheiros que levassem seus pleitos para o Conselho Consultivo.

**Recomendação:** O Conselho Consultivo recomenda que a Fundação Renova reconheça e apoie a elaboração e execução de planos de desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades atingidas. Tais planos devem ser reconhecidos e considerados pela Fundação Renova no processo de restauração da Foz do Rio Doce.



**Área da Renova:** Diretoria

#### 6.6 Tema: Edital de fomento a criação de novos negócios e fortalecimento de negócios existentes

**Contexto:** Diante de relatos do conselheiro Sr. Carlos Sangália sobre a falta de estímulos para que os atingidos que recebem o cartão de auxílio emergencial resgatem sua capacidade de empreender, o Conselho Consultivo, em sua reunião realizada dia 30/05, recomenda que seja criado pela Fundação Renova um edital de fomento a criação de novos negócios e fortalecimento de negócios existentes com juros mais atrativos e prazos de carência reduzidos.

**Recomendação:** Criar edital de fomento a criação de novos negócios e fortalecimento de negócios existentes com juros mais atrativos e prazos de carência reduzidos.

**Área da Renova:** Diretoria

#### 6.6 Tema: Rever Edital e Fundo de Cultura e Turismo da Foz

**Contexto:** Na reunião do Conselho Consultivo realizada dia 30/05, o Sr. Carlos Sangália relatou a reunião ocorrida em Regência no dia 28/05, com a finalidade de apresentar a nova equipe da Fundação Renova e ouvir as demandas apresentadas pela comunidade, na qual houve a participação da diretora Andrea Azevedo. Durante a reunião foi questionada, pela comunidade, a forma como foi proposto o Fundo de Turismo e Cultura, onde os recursos seriam repassados ao governo do estado do ES e que este publicaria um edital para desenvolvimento de projetos na região da calha do Rio Doce por meio de um Fundo. A comunidade entende - conforme expôs na reunião - que isso iria tirar o protagonismo comunitário dos atingidos, principalmente no Território da Foz, que ficariam assistindo pessoas e instituições de "fora" executarem projetos de cultura e turismo nas comunidades. Foi proposto, na citada reunião, que a Fundação Renova reveja esta forma de repasse, bem como o edital e a gestão dos recursos, e que seja criado um Fundo específico para o Território da Foz com edital específico, e que seu acompanhamento e gestão sejam feitos pelas comunidades, Fundação Renova e Poder Público.

**Recomendação:** O Conselho Consultivo recomenda que a Fundação Renova faça um debate mais amplo com as comunidades da Foz, o poder público estadual do ES e municipal de Linhares, com o envolvimento da Câmara de Educação, Turismo, Cultura e Lazer e com o CIF, para rever o formato de gestão dos recursos, proposto por meio de Edital e Fundo de Cultura e Turismo a ser administrado pelo Estado do ES. Como alternativa, recomenda que seja avaliada a possibilidade de

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to be "Fernando" and other initials like "Lan", "M", "K", and "E".

VISTO

BH, 19/02/20  
Página 19

Gregório Azevêdo de Almeida  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 30 de maio de 2019.

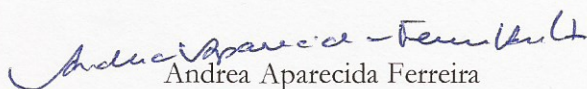
criação de um Fundo de Incentivo à Cultura e ao Turismo específico para o Território da Foz, a ser gerido pelas comunidades, Fundação Renova e poder público.

Área da Renova: Diretoria

7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos.



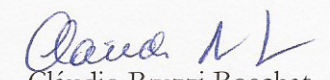
Belo Horizonte, 30 de maio de 2019.

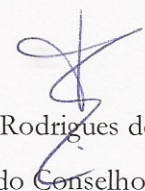


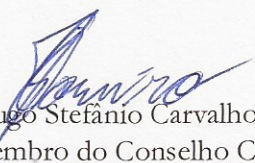
Andrea Aparecida Ferreira  
Anchieta  
Membro do Conselho Consultivo

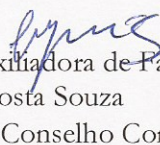


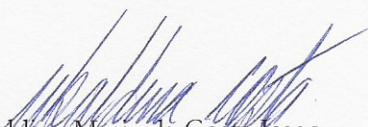
Carlos Alberto Sangália  
Membro do Conselho Consultivo

  
Cláudio Bruzzi Boechat  
Coordenador do Conselho  
Consultivo

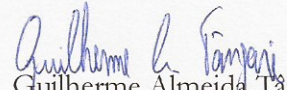
  
Igor Rodrigues de Assis  
Membro do Conselho Consultivo

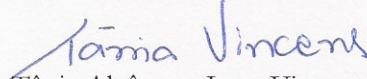
  
Hugo Stefânio Carvalho Carneiro  
Membro do Conselho Consultivo

  
Maria Auxiliadora de Fátima  
Costa Souza  
Membro do Conselho Consultivo

  
Ubaldina Maria da Costa Isaac  
Membro do Conselho Consultivo

  
Wanderlei dos Reis Gomes  
Membro do Conselho Consultivo

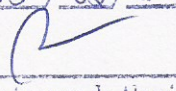
  
Guilherme Almeida Tangari  
Gerente de Governança e Riscos

  
Tânia Alcântara Loss Vincens  
Advogada e Secretária da Mesa



VISTO

BH, 19 / 02 / 20

  
Gregório Assagra de Almeida  
Promotor de Justiça  
Curador de Fundações



Anexos da Ata da 23ª Reunião do  
Conselho Consultivo

Realizada em 30 de Maio de 2019

- 1- Ofício 237/2019: Moção de  
Repúdio contra a Fundação  
Renova em favor de Mariana
  
- 2- Ofício Ecotur. ES



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

Ofício de Gabinete nº 237/2019  
Serviço: Gabinete da Presidência.  
Data: 22/05/2019



**ASSUNTO:** Moção de Repúdio contra a Fundação Renova em favor de Mariana

Vossa Excelência,

O signatário deste Vereador Edson Agostinho de Castro Carneiro, Presidente da Câmara Municipal de Mariana – MG, no uso de suas atribuições legais amparadas pelos procedimentos administrativos abarcados no artigo 82 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem, respeitosamente encaminhar a Moção de Repúdio em face da Fundação Renova, apresentada em Plenário no dia 16 de maio de 2019, na 15ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mariana – MG a qual foi aprovada por unanimidade.

É público e notório que a Fundação Renova não está cumprindo vários dos compromissos firmados desde a época de sua criação. Neste contexto, após três anos e meio da tragédia ocorrida em Mariana – MG e em seu entorno, a população externando sua revolta por diversos meios de comunicação, levanta-se contra a Fundação, ora repudiada, perante o descaso e negligência para com os atingidos direta e indiretamente pelo episódio acima relatado.

Como Vossa Excelência pode verificar, o procedimento pleiteado, assegura que as decisões a serem tomadas pelas empresas supramencionadas para o afastamento da Fundação Renova do processo de Gestão de Reparação e Compensação dos Danos aos atingidos, são legítimos e deveriam ser informados com todos os elementos necessários, inclusive aqueles assinalados e descumpridos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), com a necessária transparência e agilidade em favor da população marianense.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br



A razão precípua da Moção em comento está na súplica às autoridades competentes para que a Fundação Renova seja afastada do processo de Gestão das Reparações e Compensações dos Danos aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, seguindo-se o modelo de administração e mediação implantados na cidade de Brumadinho - MG, por infringir os princípios basilares do Estado Democrático de Direito, além dos compromissos firmados e não cumpridos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado em março de 2016, pelas empresas responsáveis pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Na oportunidade, elevam-se os protestos de altiva estima e consideração, na firme convicção que será apreciada e considerada este clamor em favor da cidade de Mariana - MG, que apesar do orgulho de ser a célula mater e o berço da cultura mineira, foi palco da maior tragédia ambiental do Brasil.

Atenciosamente,

Vereador Edson Agostinho de Castro Carneiro  
**Presidente da Câmara Municipal de Mariana**

Exmo. Dr.  
ROBERTO WAAC  
Presidente da Fundação Renova



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
Protocolado sob nº 03  
EM 03/05/19 / 16.42  
Petrina Agomes

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
EM 16/05/2019  
Presidente

Secretário

## MOÇÃO DE REPÚDIO

Excelentíssimo Senhor Vereador Edson Agostinho de Castro  
MD Presidente da Câmara Municipal de Mariana

Os vereadores que esta subscrevem, legalmente amparados pelo artigo 82, inciso II cumulado com os artigos 137, inciso V e 138 parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminha à Mesa Diretora, para deliberação do Egrégio Plenário, a presente **MÓÇÃO DE REPÚDIO** para com a Fundação Renova, **EM DEFESA DA POPULAÇÃO MARIANENSE**, pelo descumprimento das obrigações por ela contraídas quando da sua criação e, depois de completos três anos e meio da tragédia do rompimento da barragem de Fundão não haver iniciado o processo de ações reparatórias significativas aos atingidos diretos, e ações compensatórias aos demais cidadãos marianenses, igualmente prejudicados pela maior tragédia ambiental do Brasil.

### Justificativa:

A Fundação Renova foi instituída mediante previsão no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) no processo de compensação e reparação dos danos causados à população marianense, assinado em março de 2016 pelas empresas responsáveis pelo rompimento da Barragem de Fundão em 5 (cinco) de novembro de 2015, e por diversos institutos e órgãos públicos.

Abuzalves

Edson Agostinho de Castro  
Presidente

Abuzalves

Abuzalves

Abuzalves

Abuzalves





# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br



No Capítulo Primeiro: Cláusula 1 das Cláusulas Gerais, no item XX do TTAC, está disposto que uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, seria criada pela SAMARCO e pelas acionistas “*com o objetivo de elaborar e executar todas as medidas previstas pelos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS E PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS*” nele ajustados.

A Fundação Renova é, portanto, a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - MG.

É uma organização dedicada exclusivamente ao processo de reparação destes danos, regendo-se por um Estatuto que entrou em vigor junto ao Registro de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte em 28 de junho de 2016.

Há diversos programas previstos no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) de reparação e compensação do meio ambiente e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão nesta cidade.

É público e notório que a Renova **NÃO** está cumprindo várias dos compromissos firmados desde a época de sua criação.

Neste contexto, após três anos e meio da tragédia ocorrida em Mariana – MG e em seu entorno com o rompimento da barragem de Fundão, a população, externando sua revolta por diversos meios de comunicação, levanta-se contra a Fundação, ora repudiada que, por ação e omissão, demonstra imenso descaso e negligência para com os atingidos direta e indiretamente.

Assim sendo, estes vereadores como representantes do povo e como cidadãos, jamais poderiam se manter inertes perante a desordem econômica e social causada pela conduta ilícita da Renova que descumpre desavergonhadamente, o que se propôs a realizar quando da sua criação.

Órgãos internacionais de Defesa dos Direitos Humanos, após longos três anos sem nenhuma reparação, iniciaram os questionamentos sobre a situação

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
EM 16/05/2019  
Presidente  
Secretaria

Abraços



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br



das vítimas, a reestruturação das condições básicas de sobrevivência, como o direito a ter sua própria casa. Casas estas que a lama levou com todas as memórias que lá existiam.

O Jornal Estado de Minas, em seu sítio eletrônico, traz na reportagem postada em 01 de dezembro de 2018, as seguintes afirmações:

Título da matéria:

***“ONU critica morosidade da Justiça para atingidos e reparação de rompimento”***

Desde o ano passado, os questionamentos pela ausência de resultados práticos para àqueles que mais precisam, causam total incompreensão em todos os setores correlatos em âmbito nacional e internacional. Prossegue a matéria supracitada:

*“Relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) denunciam que, três anos depois do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG) – responsável por matar 19 pessoas e destruir o distrito de Bento Rodrigues -, até hoje não há uma avaliação completa dos danos gerados nem uma resposta adequada às comunidades afetadas. Em uma carta confidencial de 11 páginas enviada ao governo brasileiro, seis relatores especiais da Organização das Nações Unidas (ONU) criticaram as medidas adotadas pelas autoridades e pelas empresas, a suposta falta de transparência no processo de avaliação dos danos e a limitada participação da sociedade civil nos órgãos criados para tratar da crise. (<https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/01/interna-gerais.1009745/onu-critica-morosidade-da-justica-para-atingidos-e-reparacao-de-rompim.shtml>).*

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
EM 16/05/2019  
Presidente  
Secretário

Roberto Alves



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br



Ainda na cartilha dos grandes meios de comunicação e órgãos públicos nacionais e internacionais.

O Jornal Hoje em Dia, publicou em seu site (<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/cidades/minist%C3%A9rio-p%C3%BAblico-reprova-atua%C3%A7%C3%A3o-da-renova-em-brumadinho-e-recha%C3%A7a-criar-nova-funda%C3%A7%C3%A3o-1.689710>):

## *“Ministério Público reprova atuação da Renova em Brumadinho e rechaça criar nova fundação*

*A criação de uma fundação para reparação de danos às vítimas da tragédia de Brumadinho, na Grande Belo Horizonte, nos moldes do que foi feito em Mariana, na região Central do Estado, está “fora de cogitação”. A afirmação é da promotora Andressa de Oliveira Lanchotti, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais. (...).”*

No início deste ano, sem respostas suficientes ou seguras, os questionamentos prosseguiram, vindos de todas as partes:

A Agência do Brasil, também publicou em seu site <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-01/criada-para-reparar-danos-em-mariana-renova-nao-atuara-em-brumadinho> :

## **“Criada para reparar danos em Mariana, Renova não atuará em Brumadinho”**

Claramente fraçassada em seu modelo de gestão de danos, a Renova sequer foi cogitada para atuar no rompimento da barragem de Feijão na cidade de Brumadinho - MG, tragédia muito similar à de Mariana – MG.

*Roberto Alves*

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
EM 16/05/2019  
Presidente  
Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br



" A participação da Fundação Renova na gestão das medidas para reparação dos danos da tragédia de Brumadinho é descartada tanto pela própria entidade como pelo Ministério Público Federal (MPF). Ela deverá continuar atuando exclusivamente sobre os prejuízos causados pelo rompimento da barragem da Samarco, ocorrido há pouco mais de três anos em Mariana -MG. (...) Por parte dos atingidos, sobram críticas à Fundação Renova em questões como o pagamento das indenizações e a reconstrução das comunidades destruídas. A dificuldade para ter acesso a informações, outro motivo para as queixas, esteve entre as violações citadas em uma recomendação expedida pelo MPF em abril do ano passado. "Muitas vezes, há um olhar sobre o atingido como se eles fossem pessoas interesseiras, querendo ganhar dinheiro fácil. E dessa forma não se dá a eles o devido respeito", avalia o procurador.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
EM 16/05/2019  
Presidente  
Secretário

Passados mais de três anos da tragédia, grande parte dos atingidos ainda não recebeu valores referentes às indenizações. No caso dos atingidos da cidade de Mariana, o processo tramita na Justiça estadual e a expectativa do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) é de que os pagamentos pendentes sejam feitos esse ano. Nos demais municípios, cabe à Justiça federal acompanhar os desdobramentos."

No periódico A Folha, a mesma questão é contestada, divulgada para que Brumadinho não sofra como Mariana, ambas cidades localizadas em Minas Gerais ( <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/fundacao-recebe-ultimato-apos-denuncias-sobre-vitimas-de-mariana.shtml> ) :

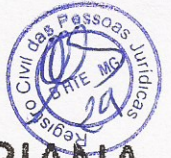
"Fundação recebe ultimato após denúncias sobre vítimas de Mariana:



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camaramariana.mg.gov.br



*Ministério Público e Defensorias questionam ações de reparação social e econômica”.*

Nesta reportagem a questão de a Fundação criar mais embarços que cumprir as metas de sua criação, também obtém grande destaque.

O Jornal Estado de Minas, em seu sitio eletrônico, traz na reportagem postada em 05 de maio de deste ano, a afirmação que “o cenário na vila que a Renova prometeu reconstruir é apenas um canteiro de obras. Enquanto isso, na cidade, mais de 800 famílias ainda esperam indenização” ([https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/05/interna\\_gerais,1051266/mariana-3-anos-e-meio-canteiro-de-obras-novo-bento.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/05/interna_gerais,1051266/mariana-3-anos-e-meio-canteiro-de-obras-novo-bento.shtml)).

Atendendo ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), a Fundação Renova deveria trabalhar na execução de uma série de ações e medidas necessárias à reparação aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.

No domicílio eletrônico da Fundação Renova (<https://www.fundacaorenova.org/conheca-os-programas/>), está disposto que os programas deveriam ocorrer, de forma primeira, na identificação de todos os atingidos e suas respectivas indenizações, ações estas que já deveriam estar minimamente concretizadas, mas a atuação desastrosa da Fundação Renova ultrapassa todos os limites pactuados que ferem de morte o sagrado princípio constitucional da Dignidade da Pessoa humana.

Conforme o Jornal Estado de Minas, na publicação acima citada, a situação precípua da atuação da Renova é esta:

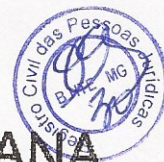
*“o progresso das reparações de danos pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, seguiria uma linha bem definida, segundo previu a Fundação Renova em 2016. Naquele ano, quando a entidade foi criada para executar as ações de reparação dos danos, 2018 deveria ser o “ano das vítimas”, com o cadastro de todos os atingidos e a solução para a questão das indenizações, para que 2019 fosse o “ano da reparação ambiental”. “Temos como compromisso para 2018 a solução dos problemas da Barragem de Candonga, em desassoreamento, mas já com a Hidrelétrica*

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
EM 16 / 05 / 2019  
Presidente  
Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camaramariana.mg.gov.br



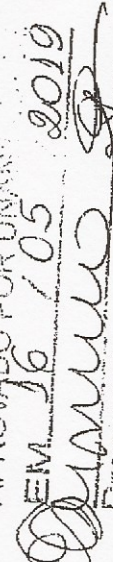
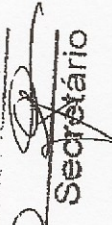
*Risoleta Neves funcionando, obras de reassentamento em curso, acordos e pagamentos de indenizações, início da restauração florestal e a divulgação das informações sobre a qualidade da água disponível ao público", disse, na época, o presidente da Renova, Roberto Waack.*

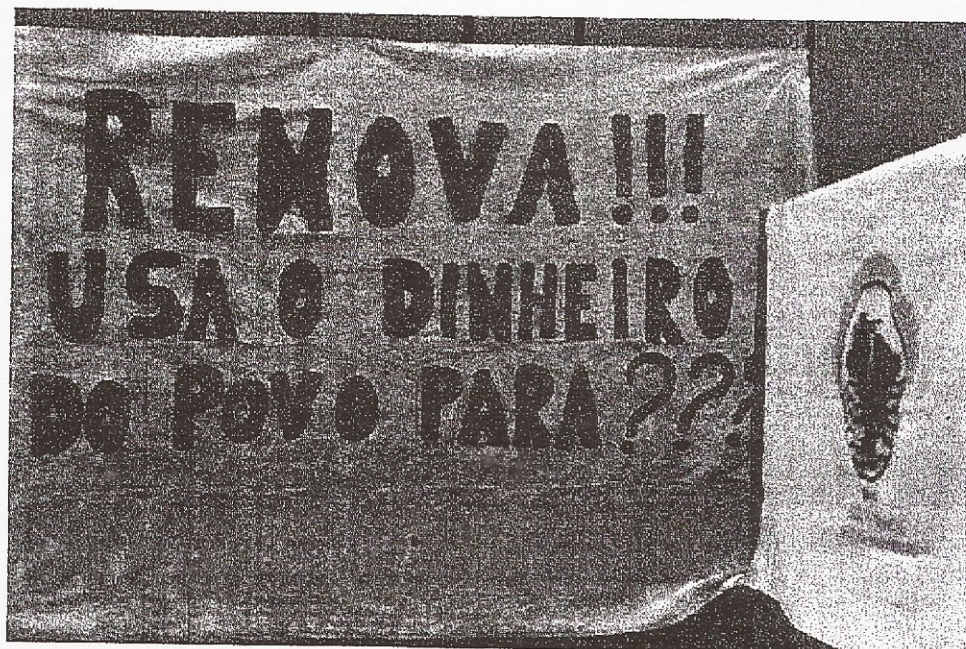
Neste viés, no dia três deste mês, houve uma audiência pública na Assembleia de Minas Gerais, com o tema:

*"Fundação Renova é acusada de violar direitos de comunidades*

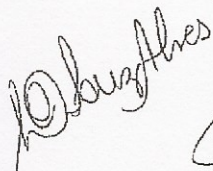
*Atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, criticam atuação de entidade, que deveria mediar conflito.*

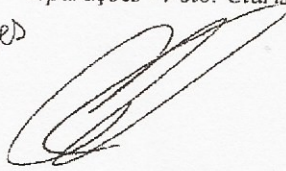
*Segundo os convidados da reunião, convocada pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG, a Fundação Renova criminaliza e silencia as vítimas do rompimento da barragem; ameaça, persegue e promove assédio e divisão entre as comunidades; ignora os direitos dos atingidos; e adia o cumprimento de acordos."*

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
EM 16/05/2019  
  
Presidente  
  
Secretário

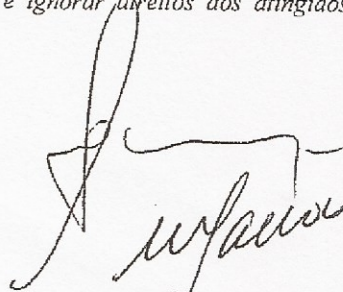


Convidados acusaram fundação de silenciar as vítimas e ignorar direitos dos atingidos, protelando reparações - Foto: Clarissa Barçante.

















# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camaramariana.mg.gov.br



Nesta audiência pública, Simone Maria da Silva, da Comissão de Atingidos de Barra Longa, denunciou mais uma atuação atroz da Fundação Renova que estaria agindo no sentido de dividir a comunidade para prosseguir procrastinando a execução de suas obrigações pactuadas afirmando que *"A Renova é um câncer na vida de todos nós, atingidos. Somos perseguidos, ameaçados, criminalizados e marginalizados. O crime não acabou, continua acontecendo todos os dias"*. ([https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/05/03\\_direitos\\_humanos\\_audiencia\\_fundacao\\_renova.html](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/05/03_direitos_humanos_audiencia_fundacao_renova.html))

O clamor público pulula nos quatro cantos do Brasil repudiando e denunciando uma Fundação que, além de não cumprir os objetivos para os quais fora criada, ainda atua por ação e omissão, no sentido de atrapalhar, obstaculizar e incitar a discórdia entre os representantes da comunidade, que se sentem abandonados e reféns perante aquela que se colocou acima da Justiça e da sociedade, para fazer o que é vantajoso para si, e não para os atingidos pela tragédia.

A Renova é responsável pela gestão de todas as ações de reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

No tocante à gestão financeira importa ressaltar que ela vai além das questões meramente indenizatórias *latu sensu*.

Sabe-se que a tragédia não atingiu apenas a comunidade de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, Distritos de Mariana - MG, mas todo seu entorno que, após a paralização das atividades das mineradoras, teve seu sistema socioeconômico desmantelado.

Desemprego, comércios fechando as portas, poder aquisitivo da população reduzido a níveis nunca antes imaginados.

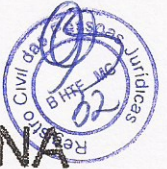
Outro compromisso descumprido dentre os vários acima citados, foi o repasse de verbas ao Poder Executivo que causou a paralização de programas sociais básicos para a sobrevivência da parcela mais carente da população marianense.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA - MG  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
EM 16/05/2019  
Presidente  
Secretaria



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br



Também neste contexto, manifestou-se o Jornal Estado de Minas, com reportagem postada em seu portal eletrônico, em 05 de maio deste ano, por Junia Oliveira, com o título:

## ***“Calote da Renova inviabiliza Escola Integral em Mariana***

*Tragédia da lama em Mariana afetou a vida de cerca de 3 mil alunos, que viram as escolas em tempo integral serem desmanteladas sem o repasse do dinheiro que a Renova deveria ter feito”.*

Prossegue o Jornal:

*“Um calote de R\$ 3,3 milhões e uma dívida social difícil de mensurar. Esse é o saldo do acordo assinado pela Fundação Renova, no ano passado, para bancar o programa de tempo integral de 25 escolas de Mariana, na Região Central de Minas, e até hoje jamais cumprido. A consequência é o prejuízo a cerca de 3 mil alunos dos ensinos infantil e fundamental e a suas famílias(...)”.*

*([https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/05/interna\\_gerais,1051265/um-vazio-na-sala-de-aula.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/05/interna_gerais,1051265/um-vazio-na-sala-de-aula.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social)).*

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
APROVADO POR UNANIMIDADE  
EM 16/05/2019  
Presidente  
Secretário

É fato. Não se pode mensurar os prejuízos que a Fundação Renova vem causando para a cidade de Mariana como um todo desde o início de suas atividades de gestão de danos.

Trata-se de um paradoxo inconcebível: uma entidade que foi criada para um determinado fim, agir em total desconformidade com ele.

**Diante do exposto acima a presente Moção se faz pertinente e necessária para que a Fundação Renova seja afastada do processo de gestão de reparação e compensação dos danos aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, seguindo-se o modelo de mediação e gestão implantados na cidade de Brumadinho,**

**MG.**

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*





# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA


Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

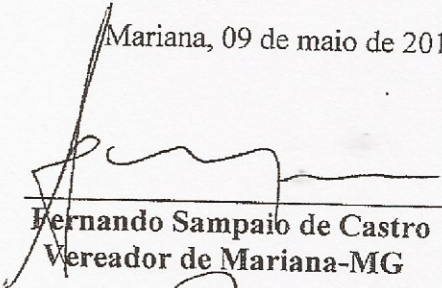



Após aprovação deste Plenário, solicita-se que se dê conhecimento da referida Moção e de suas razões à Fundação Renova, ora repudiada, ao Congresso Nacional, à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao Ministério Público de Minas Gerais, às empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A., BHP Billiton Brasil Ltda. e à imprensa de modo geral.

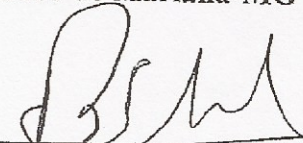
Que conste nos registros Câmara Municipal de Mariana, Minas Gerais.

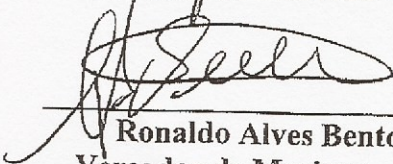
Mariana, 09 de maio de 2019.

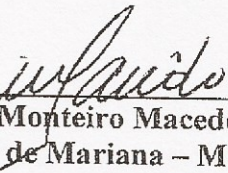
  
Bruno Mol Crivellari  
Vereador de Mariana - MG


  
Fernando Sampaio de Castro  
Vereador de Mariana-MG

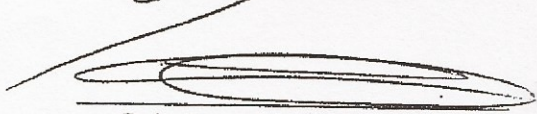
  
Antônio Marcos Ramos de Freitas  
Vereador de Mariana - MG

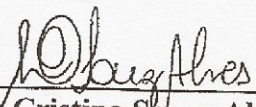
  
João Bosco Cerceau Ibrahim  
Vereador de Mariana - MG

  
Ronaldo Alves Bento  
Vereador de Mariana - MG

  
Marcelo Monteiro Macedo  
Vereador de Mariana - MG

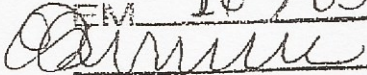
  
Geraldo Sales de Souza  
Vereador de Mariana - MG

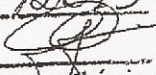
  
Cristiano Silva Vilas Boas  
Vereador de Mariana - MG

  
Daniely Cristina Souza Alves  
Vereadora de Mariana-MG

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA  
APROVADO POR UNANIMIDADE

EM 16/05/2019

  
Presidente

  
Secretário

13 de maio de 2019

À Fundação Renova,

Por meio deste, informamos à referida Fundação que a operadora de ecoturismo localizada em Regência Augusta – Foz do Rio Doce encerrou suas atividades em 11 de maio de 2019.

O óbvio levou pouco mais de 3 anos para ficar claro na mente dos proprietários. Como uma empresa de ecoturismo que depende 100% de ambiente natural saudável iria resistir ao rompimento da barragem de Fundão ocorrido em 2015?. Foi por sentimento, foi por acreditar, foi por persistência, foi por compaixão à localidade, foi por amor ao trabalho que exerciam desde 2008, que fizeram permanecer. A participação em diversas reuniões, a elaboração de diversos projetos, a gravação de vídeos institucionais e entrevistas concedidas para a Fundação serviram tão somente para aumentar a expectativa de mudança e retomada do turismo na comunidade de Regência, porém, frustrados.

É certo que ações estão sendo tomadas pela Fundação para resgate do turismo, entretanto, para uma empresa de ecoturismo, de nada valeu. Os turistas frequentadores se alimentam e se hospedam, entretanto, é óbvio, sentem medo de estar em contato com a água do rio Doce, principal local de trabalho da operadora de ecoturismo. Por tal razão, a empresa não possui lucratividade desde o evento de 2015.

A Fundação pagou, dentro de seus critérios e cálculos, o lucro cessante à empresa. Porém, não considerou a aquisição de equipamentos de ecoturismo como dano material passível de indenização. Assim como também não reconheceu em seus cálculos de indenização que a empresa estava pagando diversos empréstimos e financiamentos contraídos para aquisição desses equipamentos- em que pese ter sido afirmado pelo analista da referida Fundação, que o valor mensal pago pelos empréstimos seriam considerados no cálculo de lucro cessante, conforme consta registrado em ata de reunião. O valor ganho de indenização serviu para quitar 1 dos empréstimos, melhorar as instalações da loja, pagar pendências na receita estadual e federal e regularizar contas bancárias, que estavam todos em atraso, (fato registrado em

Luciana Cerqueira  
Lima Rodrigues  
da Cunha

Assinado digitalmente  
por Luciana Cerqueira  
Lima Rodrigues da Cunha  
Data: 2019.05.13  
13:47:40 -0300



ata de reunião) eis que a Fundação Renova realizou o pagamento apenas em agosto de 2017, ou seja, 1 ano e 6 meses de pendências empresariais sendo acumuladas sem pagar.

O cartão auxílio foi entregue à proprietária da empresa mas não ao seu esposo e companheiro de trabalho, que além de sustentar a família com referido valor, ainda teve que sustentar os custos fixos da empresa. Ou seja, a família recebeu sustento, a empresa por consequência acumulou dívidas e mais dívidas novamente, referente aos equipamentos adquiridos e impostos federais e municipais acumulados.

O óbvio aconteceu novamente, passados 1 ano e 6 meses dos parciais acertos bancários as cobranças administrativas dos bancos credores, BANDES, SICOOB e BNDES os quais foram feitos os empréstimos voltaram a acontecer, eis que as poucas receitas mensais auferidas pela empresa não foram suficientes para pagar os empréstimos além das despesas fixas como contador, energia, água e condutores. CNPJ cheio de dívidas registradas no SPC e SERASA. CPF da proprietária cheio de dívidas registradas no SPC e SERASA. Dezenas de equipamentos envelhecendo sem gerar receitas, somados, por fim, à frustração pessoal de 2 pessoas que abandonaram suas carreiras de trabalho para se dedicarem ao ecoturismo em Regência.

Por tais razões, a empresa Regência Ecotur, atual ECOTUR.ES ( logomarca e nome foram mudados na tentativa de reerguer a empresa no ano de 2018) encerra suas atividades como operadora de ecoturismo na foz do rio Doce.

O dano material causado à empresa, referente à aquisição dos equipamentos de trabalho para atividade de ecoturismo na foz do rio Doce, são passíveis de indenização, assim como o motor de embarcação do pescador que não pode mais pescar. Será reivindicado, mais uma vez perante a Fundação Renova, que afirmou que pagaria e não o fez. Hoje a empresa possui dezenas de equipamentos sem utilidade alguma. Dívidas exclusivamente desses equipamentos. Seus proprietários terão que mudar de localidade, caso queiram continuar trabalhando com ecoturismo, passar por todas as dificuldades que uma mudança de vida familiar possui além da reconstrução empresarial.

As tentativas foram feitas, a resistência e a persistência foram evidentes, os recomeços aconteceram, divulgações positivas realizadas, entretanto, o caixa financeiro da empresa obriga o encerramento das atividades, após 3 anos e 6 meses do rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco.

Luciana  
Cerqueira Lima  
Rodrigues da  
Cunha

Assinado digitalmente  
por Luciana Cerqueira  
Lima Rodrigues da  
Cunha  
Data: 2019.05.13  
13:48:04 -0300

FUNDAÇÃO RENOVA

AVERBADO(A) sob o nº 194, no registro 138160, no Livro A, em 13/03/2020

Belo Horizonte, 13/03/2020

Emol:(6439-4) R\$ 460.19 TFJ: R\$ 153.88 Rec: R\$ 27.61 Iss:23.01 - Total: R\$ 664.69

Emol:(8101-8) R\$ 222.48 TFJ: R\$ 73.80 Rec: R\$ 13.32 Iss:11.16 - Total: R\$ 320.76

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente-Substituta  
Escreventes: ( ) Eldy Wesley Rodrigues Mendes ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

*Exante*



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº DMY49165  
Cod. Seg.: 3657.3178.4477.4112

Quantidade de Atos Praticados: 00037

Atos(s) Praticado(s) por: Wellerson Goncalves - Auxiliar

Emol R\$ 723.60 TFJ: R\$ 227.68 Total: R\$ 951.28 ISS: R\$ 34.17

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



*ES*

FUNDAÇÃO RENOVA

AVERBAÇÃO nº 194, no registro 138160, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 13/03/2020

Emol:(6601-9) R\$ 17.02 TFJ: R\$ 5.22 Rec: R\$ 7.02 Iss:0.85 - Total: R\$ 24.11

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente-Substituta  
Escreventes: ( ) Eldy Wesley Rodrigues Mendes ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

*Exante*



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº DMY49202  
Cod. Seg.: 4444.5516.1214.9692

Quantidade de Atos Praticados: 00001

Atos(s) Praticado(s) por: Wellerson Goncalves - Auxiliar

Emol:R\$ 18.04 TFJ: R\$ 5.22 Total: R\$ 23.26 ISS: R\$ 0.85

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



*ES*